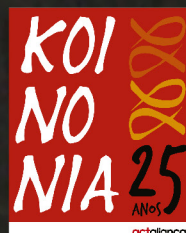


POR UMA PERSPECTIVA AFRORRELIGIOSA:

Estratégias de
enfrentamento ao
racismo religioso

Lucas Obalera de Deus

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil



Caderno Religião e Política

Por uma perspectiva afrorreligiosa: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso

Lucas Obalera de Deus

Editora:

Fundação Heinrich Böll

Coeditora:

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Licença CC BY-NC-SA 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

Fotos das capas:

Capa: André Mellagi (CC BY-NC-ND 4.0)

Contracapa: Clara Angeleas/MinC (CC BY 4.0)

Pesquisa iconográfica:

Marilene de Paula

Andréa Carvalho

Sebastian Lenders

Revisão:

Marilene de Paula e Manoela Vianna

Projeto gráfico e diagramação:

Beto Paixão

fb.com/bpstudiodesign

betopaixao.jf@gmail.com

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rio de Janeiro: Rua Santo Amaro, nº 129

Glória – Rio de Janeiro/RJ

22211-230

Tel.: +55 21 3042 6445

Salvador:

Trav. Baixa da Casa Branca, nº 463, térreo

Engenho Velho da Federação, Salvador/BA

40221-025

Tel.: +55 71 3412 5226



koinonia@koinonia.org.br

Fundação Heinrich Böll Brasil

Rua da Glória, 190 – 7º andar

Glória – Rio de Janeiro/RJ

20241-180

Tel.: +55 21 3221 9900



info@br.boell.org

D486p

Deus, Lucas Obalera de.

Por uma perspectiva afrorreligiosa: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso.

Lucas Obalera de Deus. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019. 43 p.

ISBN 978-85-62669-26-2

1. Liberdade religiosa. 2. Discurso de ódio. 3. Intolerância religiosa.
4. Religião e direito. I. Deus, Lucas Obalera de. II. Título.

CDD 261.8348

Rio de Janeiro, janeiro de 2019

POR UMA PERSPECTIVA AFRORRELIGIOSA:

**Estratégias de
enfrentamento ao
racismo religioso**

Lucas Obalera de Deus

 **HEINRICH BÖLL STIFTUNG**
RIO DE JANEIRO
Brasil



1. ABRINDO
OS CAMINHOS
A TOQUES
DE TAMBOR **Pg.7**

2. TRILHANDO
OS CAMINHOS
DA PESQUISA **Pg.10**

3. TRAZENDO
O RACISMO
RELIGIOSO PARA
A DISCUSSÃO **Pg.12**

4. ALGUNS DADOS SOBRE
O CENÁRIO DE RACISMO
RELIGIOSO / INTOLERÂNCIA
RELIGIOSA **Pg.16**

5. MOVIMENTOS,
MOBILIZAÇÕES E
PROJETOS DE ENFRENTAMENTO
AO RACISMO RELIGIOSO **Pg.19**

6. TOCANDO E
CANTANDO PARA
SUBIR: BREVES
CONSIDERAÇÕES **Pg. 41**

APRESENTANDO O CADERNO RELIGIÃO E POLÍTICA

A história da luta das negras e negros no Brasil pela sua liberdade e igualdade começa quando os primeiros aqui chegaram vindos escravizados nos tumbeiros, como eram chamados os navios que trouxeram cerca de três milhões de pessoas para as terras brasileiras. O legado histórico de tantos homens e mulheres amalgamou o Brasil de hoje. Mas o processo de escravização deixou sua raiz perversa na formação da sociedade brasileira. Entendê-lo e superá-lo é tarefa com a qual nos debatemos todos os dias. Em muitas arenas houve avanços, conseguidos a partir da resistência, das alianças, da rebelião, do convencimento, da justiça, da política, da reza, do canto, da dança.

As religiões afro-brasileiras foram e são o sustentáculo dessa herança visível nos rostos de um pouco mais de 50% da população. Atacados por grupos religiosos cristãos fundamentalistas, mães e pais de santo, filhas e filhas das comunidades de terreiro, hoje se articulam em um sem número de organizações, comunidades e movimentos que lutam por respeito e garantia de seus direitos. O racismo, em sua versão religiosa, fez aumentar o número de casos de violência contra terreiros, centros e roças de candomblé e umbanda ao longo do território brasileiro. A resposta também está sendo dada, a partir de iniciativas das mais variadas, é o que nos conta Lucas Obalera de Deus, autor da publicação digital **“Por uma perspectiva afrorreligiosa: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso”**, que @leitor@ tem em suas telas. Protagonista de sua história, o povo de santo, vem resistindo às tentativas de demonização, ao desrespeito, violências simbólicas, físicas e psicológicas.

Para falar sobre esse tema a Fundação Heinrich Böll e KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço lançam o Caderno Religião e Política, que nesta edição mapeia iniciativas da sociedade civil contra o racismo religioso. Além de trazer para discussão questões de fundo em relação ao racismo religioso que permeia tantas manifestações de violência contra esse segmento.

Agradecemos a Ana Gualberto e a toda equipe de KOINONIA pela sempre presente parceria e a Lucas Obaleira pela disposição e cuidado em nos fazer pensar sobre as implicações dos racismos em nossa sociedade. Que seja cada vez mais realidade o respeito a todas as crenças e religiões, a todas as vozes que buscam reforçar a em constante disputa e construção, democracia brasileira.

Abraços,

Marilene de Paula

*Coordenadora de Programa
da Fundação Heinrich Böll*

1.

ABRINDO OS CAMINHOS A TOQUES DE TAMBOR*

Lucas Obalera de Deus¹

Os terreiros têm funcionado como efetivos centros de luta, de resistência cultural africana desde o século XV.

Abdias do Nascimento

As linhas que vão tecendo cada palavra e formando cada parágrafo são escritas por um cientista social afroreligioso negro, iniciado na comunidade-terreiro Ilê Axé Onisegun. E é deste lugar cultural, social e epistemológico que o autor vivencia um complexo e rico universo de matriz africana, aonde os seus vivencia-dores analisam, refletem, reagem, atuam, resistem e (re)existem. Nesse sentido, é de um lugar que não é somente atravessado por tentativas de destruição de seus territórios, valores e saberes

ancestrais. Centrado nessa localização afroreligiosa, a tecitura deste trabalho tem o intuito de fazer ressoar, a toques de atabaques, não o lugar de simples vítima, mas a continuidade da luta, resistência e existência cultural negroafricana das comunidades de terreiro.

Sendo assim, a reflexão empreendida no decorrer dessas páginas tem a finalidade de levantar uma discussão acerca da perseguição e proliferação de múltiplas violências direcionadas

*. Meus agradecimentos a meu mestre Ògìyáń Kàláfó Jayro Pereira, a Iyá Torody d' Ogun, Bàbá Adailton Moreira d' Ogun, Iyá Wanda Araújo d' Omolu, Bàbá Alexandre Carvalho d' Oxumarê, Babalawô Ivanir dos Santos, Mãe Marilena, Léo Akin Olakunde e João Paulo Alves. Obrigado pela generosidade em me acolherem para a realização das entrevistas, pelo compartilhamento de seus saberes, conhecimentos e inquietações. Aproveito para agradecer a tantas outras vozes de irmãs e irmãos que ajudaram a realizar este trabalho. Nada somos só. Juntas/os e com nossos ancestrais seguiremos rumo a nossa libertação negroafricana.

¹. Cientista social formado pela PUC-RIO, articulador nacional da Escola Livre Ubuntu de Filosofia e Teologia Afrocentrada/Decolonial, coeditor do Jornal Nuvem Negra e Iyàwó do Ilê Axé Onisegun.

às religiões de matriz africana. Temos o intuito de investigar as estratégias teóricas e práticas que vêm sendo utilizadas por afrorreligiosos no seu enfrentamento ao racismo religioso no Estado do Rio de Janeiro. Com isso também tentaremos apreender o que os afrorreligiosos compreendem como uma estratégia. Esse movimento é (estritamente) necessário, pois visa focalizar/recolocar os afrorreligiosos como sujeitos e agentes nesse contexto de violência, e não apenas como aquele que sofre a agressão de forma passiva. Pretende então observar quais têm sido as estratégias construídas por afrorreligiosos para enfrentar as violências verbais, simbólicas, psicológicas e físicas protagonizadas, sobretudo, por evangélicos de tradição neopentecostal.

Buscamos investigar e compreender os processos de mobilização dos afrorreligiosos, suas narrativas, interpretações, ações e reações no enfrentamento ao racismo religioso. “É a partir da perspectiva interna aos atores que se poderá perceber o caráter da violência” (ANJOS, 2006, p. 62). Desse modo, o título “por uma perspectiva afrorreligiosa”, tem o objetivo apenas de demarcar a centralidade das comunidades de terreironesta problemática. Logo, não pretende insinuar a existência de uma única perspectiva, afinal, o mundo do terreiro é muito diverso internamente. Sendo assim, como os povos e comunidades de terreiro de matriz africana pensam, se articulam e atuam dentro da violência, é o questionamento que mobiliza toda a nossa reflexão.

Se por um lado a demonização, perseguição, subalternização e a violência às religiões de matriz africana sempre estiveram presentes nesse país, por outro, vamos encontrar igualmente variadas

maneiras das comunidades de terreiro de resistir e (re)existir na estrutura racista-colonial-moderna brasileira.

Visamos mudar a perspectiva sob o cenário de perseguição às religiões de matriz africana. Em vez de perceber os afrorreligiosos como vítimas de violências, propomos pensá-los como alvo das violências. A ideia de vítima tem o efeito de reforçar um imaginário em que os religiosos de matriz africana seriam passivos, em “desagência”, isto é, “descartado como ator ou protagonista em seu próprio mundo” (ASANTE, 2009, 95), diante das agressões. De maneira inversa, a ideia de alvo permiti-nos evidenciar o caráter da violência, ao mesmo tempo em que não descarta a “agência”, isto é, “a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais” (Ibid, 94) dos afrorreligiosos em sua luta pelo fim das múltiplas agressões. Além disso, ao pontuarmos as religiões de matriz africana como alvos, estamos ressaltando que há uma ação quase deliberada de vários setores da sociedade, que mesmo que camufladas, não deixam de ser direcionadas.

Uma vez que a pesquisa se propõe a reconhecer e valorizar a perspectiva afrorreligiosa – aqui entendendo especificamente os afrorreligiosos que participaram da pesquisa –, a categoria racismo religioso apareceu como algo a ser explorado. Seja como uma substituição à categoria de intolerância religiosa, ou como mais uma categoria necessária ao debate, o racismo religioso é evocado nas entrevistas. A forma com que a concepção de racismo religioso aparece, evidencia a importância que ela assume no debate contemporâneo acerca da perseguição aos terreiros de matriz africana. As

reflexões e análises afrorreligiosas durante as entrevistas ressaltavam como racismo religioso é uma ferramenta teórico-política com rendimento analítico capaz de ampliar o significado e sentido das múltiplas violências perpetradas contra as comunidades religiosas de matriz africana. Além de trazer novos questionamentos em torno dessa problemática histórica.

Ademais, encontraremos aqui o “Projeto Tradição dos Orixás, Inkices e Voduns”, de 1987-1994; Centro de Tradições Afro-brasileiras Ylê Asê Egi Omim, fundado 1997; PADE – Projeto Africanidade em Dança e Educação, fundado em 2007; a “Comissão de Combate a Intolerância Religiosa”, fundado em 2008; “Mapeamento das Casas de Religiões de Matriz Africana no Estado Rio de Janeiro”, de 2008-2011; MUDA – Movimento Umbanda do Amanhã, fundado em 2008; Mobilização das comunidades de terreiro de matriz africana contra a decisão do juiz federal, 2014; abertura de inquérito

civil contra os “Gladiadores do Altar”, 2015; movimento Não Mexa na Minha Ancestralidade, fundado em 2017; articulações em torno da invasão e depredação das comunidades de terreiro em Nova Iguaçu, em 2017; o aplicativo “Oro Orum: axé eu respeito”, criado em 2017.

Seguindo os toques de tambor ancestral, não podemos deixar de registrar que no dia 13 de maio desse ano completa-se 130 anos da falsa abolição da escravidão. “13 de maio não é dia de negro” a tempos canta o bloco afro Ilê Ayê, da Bahia, e embalado pelos tambores do “mais belo dos belos”, esse trabalho surge como mais uma prova cabal de que a escravidão continua criando suas formas de se perpetuar e tentar aniquilar os povos e culturas de ascendência africana. Contudo, assim como nossos ancestrais sequestrados de sua terra-mãe e escravizados, esse trabalho resalta igualmente a continuidade de nossa luta e reexistência negroafricana e afrorreligiosa.



Integrantes do Candomblé protestam em frente ao Congresso Nacional pela igualdade religiosa

Imagem: Pedro França/Agência Senado, 21 de maio de 2014 (CC BY-NC 2.0)

2.

TRILHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa-grande' e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.

Conceição Evaristo

Como as comunidades de terreiro têm vivido, pensando, refletido, experienciado e, a partir disso, criado estratégias de enfrentamento ao racismo religioso? Questionamento que resulta da inquietação de perceber que os estudos sobre a temática no Brasil nas últimas décadas estão voltados, sobretudo, para as denominações evangélicas neopentecostais. Diante disso, os afrorreligiosos têm ocupado somente o lugar de vítimas de agressões que, como tais geralmente são acionadas para, apenas, relatar a dor e o sofrimento. Com essa provocação temos o interesse em deslocar a centralidade dos evangélicos das reflexões e recolocar os afrorreligiosos para o centro deste debate e assim, valorizar a perspectiva afrorreligiosa sobre a perseguição e violência às comu-



Olubajé 2018, Salvador (BA)

Imagem: Ivana Flores (Flores Comunicação)

nidades-terreiro. Bruno Reinhardt, acerca desta problemática ressalta que:

A 'guerra santa' textualizada nesses escritos tendia a ser composta apenas por um dos lados que nela supostamente guerreiam: aqueles dos evangélicos. Assim, o que a princípio era 'guerra' passa a ser narrada, de fato, como uma espécie de 'ofensiva evangélica', aceita com resignação pelo lado afro-brasileiro. (REINHARDT, 2007, p. 197).

É essa suspeita sobre a ausência de “resignação pelo lado afro-brasileiro” que nos conduziu a busca das formas de ver, viver e atuar nesta “guerra santa”, no Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, fomos investigar o protagonismo e a perspectiva afrorreligiosa, diante deste cenário de violência e cerceamento à liberdade religiosa.



O trabalho teve o objetivo de reunir movimentos e mobilizações de afrorreligiosos que vem acontecendo e/ou que aconteceram. Posteriormente organizá-los de maneira mais ou menos cronológica, pretendendo assim, descrever e criar uma espécie de trajetória de luta afrorreligiosa. Sendo assim, foram realizados, inicialmente, uma espécie de mapeamento de alguns movimentos, mobilizações e projetos protagonizados por afrorreligiosos que tivessem o objetivo de enfrentar e alterar as violências físicas, simbólicas, psicológicas e patrimoniais às religiões de matriz africana. Logo, houve muito mais um interesse em descrever e registrar a luta, resistência e (re)existência do povo de terreiro.

Assim como Maulana Karenga, compreendemos ser fundamental “colocar os povos africanos [aqui entendidos como pessoas de ascendência africana no continente e na diáspora] no centro de sua cultura e de sua história” (2009, p. 335). Nessa perspectiva, os afrorreligiosos foram reconhecidos e tratados como intelectuais que em suas reflexões nos municiam de ferramentas para tecer os caminhos reflexivos e analíticos. As entrevistas foram realizadas e posteriormente tratadas, como resultado do que Karenga (2009) define por “diálogo significativo”, isto é, local e fonte valiosa no sentido de oferecer problemáticas reflexivas, conceitos, práticas capazes de ajudar a estruturar um empreendimento intelectual. Nesse sentido há um esforço, um exercício em mobilizar os próprios textos – entrevistas transcritas – como parte do referencial teórico, do mesmo modo em que se recorre ao uso de uma obra autoral reconhecidamente publicada.

3.

TRAZENDO O RACISMO RELIGIOSO PARA A DISCUSSÃO

*Numa cultura com racismo,
o racista é, pois, normal.*

Frantz Fanon

Lideranças de terreiro na abertura da Plenária Nacional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, no III CONAPIR, em 2013, produziram um documento aonde defendem que intolerância religiosa é uma “expressão que não dá conta do grau de violência que incide sobre os territórios e tradições de matriz africana”. O documento afirma que “esta violência constitui a face mais perversa do racismo”.

Dito isso, é inevitável não trazer o questionamento de Iyá Wanda d’Omolú após afirmar que a “intolerância religiosa é filho do racismo”. Seguindo sua reflexão

a Iyalorixá indaga: “como é que a gente começa a trazer o racismo para as nossas discussões? E é falar disso! E eu percebo que tem gente que corre. Conversa sobre intolerância religiosa, mas não quer falar de racismo. Como é que é isso?” (Entrevista, 16 nov. 2017).

Quase no fim da conversa com Jayro Pereira, perguntei como ele interpretava as tentativas de destruição das religiões de matriz africana. A sua resposta é categórica em afirmar ser resultado de racismo religioso e não de intolerância religiosa, exatamente porque, para ele,

O racismo é a negação de uma substancialidade humana. E essa substancialidade humana tem o sagrado como constitutivo de sua existência. É racismo religioso! Intolerância religiosa [pausa]... A gente tem que pegar isso para dizer que ela é muita mais violenta do que se imagina. É racismo religioso! (Entrevista, 20 jan. 2018).

Essa definição apresentada por Jayro é central, pois complexifica nossa compreensão acerca do significado e sentido de racismo. Por “negação de uma substancialidade humana” somos convidados a compreendê-lo como um fenômeno que gerencia a tentativa de aniquilar, anular, corroer todos os elementos que compõem e personificam a presença negroafricana. Logo, o racismo está longe de ser um fenômeno relativo às visíveis discriminações e preconceitos que decorrem de relações interpessoais entre brancos e negros, como um fenômeno circunscrito somente à cor da pele. É como afirma Frantz Fanon (1980, p. 36), “o objeto do racismo já não é o homem particular, mas uma certa forma de existir”.

Entender esta “presença particular no mundo” nos dá substância para ampliarmos a dimensão da violência que incide sobre as comunidades de terreiro. Afinal, não é mais apenas sobre a negação de uma religião, mas de um modo de ser, sentir e existir no mundo cujo sagrado é constitutivo da existencialidade humana. “O terreiro é lugar da existência” (Jayro de Jesus, entrevista, 20 jan 2018). Portanto, é a negação de todo um complexo cultural que preserva saberes ancestrais,

medicinais, filosóficos, de compreensão do humano, de idiomas, de relação com a natureza, e etc. Neste sentido, a fala de Bábá Alexandre Carvalho d’ Oxumarê nos é *enegrecedora*:

A gente sabe do valor do rio para vida humana e para vida dos animais [...] o que que é uma folha, o que que é um bicho; o que que é a fala – tá aqui, tá no hálito, tá no orô, tá no que você canta, no que você reza [...]. O Candomblé te ensina na fala e no silêncio. Você silenciado dentro do terreiro, você vai ouvir pérolas. No seu silêncio, fazendo ali o seu serviço diário, cozinhando um feijão, um omolocum, quando uma erva, montando um ebô. Você vai ouvir pérolas de sabedoria! (Entrevista, 15 nov. 2017).

Seguindo esta discussão vamos encontrar outras leituras que se somam e, assim vão dimensionando a categoria de racismo religioso. Léo Akin Olakunde ressalta,

Se a gente for falar sobre caráter do racismo religioso, porque nunca teve intolerância no Brasil, porque o preto sempre foi visto como inferior, subjugado por uma visão europeia [...]. Era o quê? Os curdos contra os xiitas? [...] Isso é intolerância religiosa, um cristão não entender um judeu por uma questão do ponto de vista histórico, antropológico, dessas explicações, desses porquês. E não são demonizados. Agora o que acontece aqui é racismo religioso (Entrevista, 14 nov. 2017).

Seguindo a mesma linha reflexiva, João Paulo Alves d' Xangô,

Isso é racismo religioso. A maior prova de que isso é racismo religioso [...]. A gente tem templos de várias religiões aqui no Rio de Janeiro. Templos budistas [pausa]. Qual desses templos a gente vê sendo atacados, sendo diuturnamente atacados na televisão? Por que especificamente os templos da cultura de matriz africana estão sendo atacados? Então, não existe intolerância religiosa (Entrevista, 4 dez. 2017).

Ambos trazem a dimensão da intensidade e a forma específica pela qual a violência se abate sobre as religiões de matriz africana. Há uma relação direta entre a situação de inferiorização do povo negro com a inferiorização e subalternização daquilo que é produzido por ele. Isso aparece como elementos indissociáveis na reflexão tanto de Olakunde como de Alves. O questionamento do porquê das comunidades de terreiro serem atacadas diuturnamente, historicamente, em contraposição a outras religiões está relacionada ao fato dos terreiros, assim como argumenta o filósofo Wanderson Flor Nascimento (2016), possuírem uma origem negroafricana. Esta compreensão nos conduz a não deslocar a demonização, inferiorização e agressão das estruturas raciais-coloniais que formam e estruturam este país, uma vez que são elas que definem quem está dentro ou fora da norma. Neste sentido, ao que parece, falar em racismo religioso, nos permite evidenciar e, com isso, re-

fletir sobre e a partir do mundo colonial escravista que herdamos, deslocando, portanto, a centralidade de outras experiências históricas e sociais que não nos acessam.

Por fim, a iyalorixá Torody d' Ogun e o babalorixá Adailton d' Ogun apresentam os motivos que os levam a interpretar como racismo religioso. Evidenciam a relação entre racismo e o poder. Nessa perspectiva, Bábá Adailton pontua:

Para mim não é intolerância religiosa nenhuma. É racismo religioso mesmo. É um projeto sim, de destruição e extermínio de nossas tradições. É tudo que eles querem botar para baixo do tapete, nos invisibilizar, nos imobilizar. É uma tradição que nós somos gay, lésbicas, somos hétero, somos bi, somos negros, pobres, favelados [...]. Esse contraponto a um Estado hegemônico (Entrevista, 13 dez. 2017).

Dialogando com ele, Iyá Torody ressalta,

É por isso que eu não gosto da palavra intolerância. Por que existe uma proposta, um projeto muito maior, como foi o projeto de escravidão. É um projeto de racismo, não é um projeto só para o povo de terreiro. Está para o povo do samba, tá para o quilombola, tá pelo aluno negro, tá pelas cotas, é o projeto de moradia (Entrevista, 16 nov. 2017).

Ambos enfatizam a existência de um projeto de poder de anulação e des-



Rio de Janeiro – Religiosos celebram o dia de Iemanjá, a orixá associada à água e ao mar nas religiões afro, e padroeira de pescadores, na Barra da Tijuca

Imagem: Fernando Frazão/Agência Brasil, 2 de fevereiro 2018 (CC BY 2.0)

truição não somente do que se compreende como religião, mas de tudo aquilo que está relacionado a cultura negroafricana. Um projeto de poder de alguns setores das igrejas evangélicas que, em nome da fé, negam o patrimônio cultural civilizatório das religiões de matriz africana. Portanto, um projeto racista colonial-moderno, que tem na demonização das outras possibilidades e formas de viver e existir a sua expressão de desumanização e com isso, naturalização de uma espécie de violência institucionalizada.

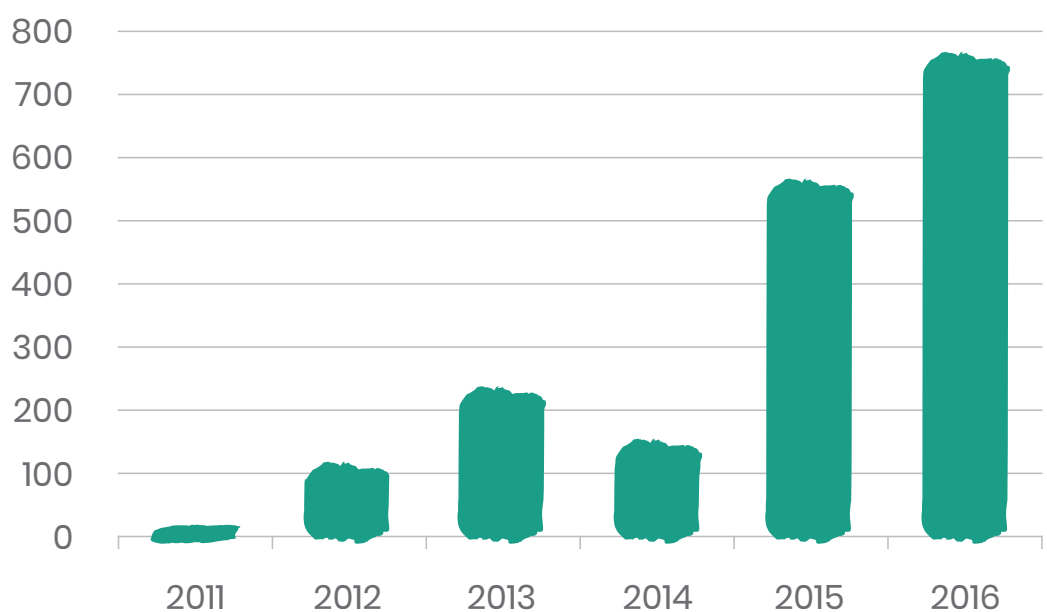
Todas essas perspectivas apresentadas pelos afrorreligiosos acerca dos significados da violência e perseguição aos povos e comunidades de matriz africana vem a ratificar as “continuidades de um sistema de dominação, de matriz colonial escravista, que hie-

rarquiza seres humanos, formas de vida e privatiza espaços públicos” (PIRES; MORETTI, 2016, p. 389). Sendo assim, demarcam a gravidade e, sobretudo a especificidade da experiência de uma violência perpetrada contra as religiões de matriz africana, que tem no racismo o seu sustentáculo de legitimação e ação destruidora. Evidenciam igualmente como as agressões não se circunscrevem a um caráter puramente religioso, mas a uma dinâmica civilizatória repleta de valores, saberes, filosofias, cosmogonias, em suma, modos de viver e existir negroafricano amalgamados nas comunidades de terreiro. Diante disso, a afirmação de Jayro Pereira parece cirúrgica: “intolerância religiosa reduz a dimensão da violência contra os terreiros” (Entrevista, 20 jan 2018).

4.

ALGUNS DADOS SOBRE O CENÁRIO DE RACISMO RELIGIOSO / INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

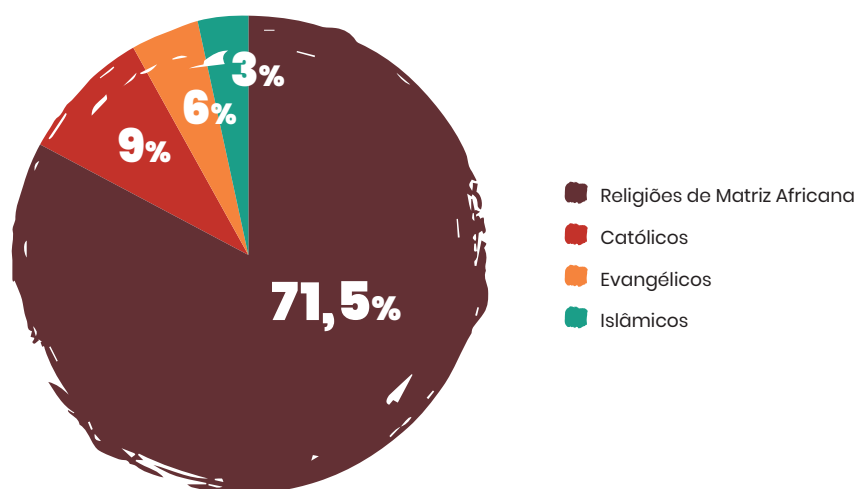
Denúncias de Intolerância Religiosa no Brasil/Ano



Fonte: Disque 100, Ministério dos Direitos Humanos

Número
de denúncias

Denúncias de Intolerância Religiosa no Estado do Rio de Janeiro/ 2017



Número total de denúncias: 800; Secretaria Estadual de Direitos Humanos

Distribuição percentual do tipo de atendimentos prestados pela Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (CEPLIR), entre o período de abril de 2012 a dezembro de 2015, estado do Rio de Janeiro

TIPO DO ATENDIMENTO/PERÍODO	PERCENTUAL (%)
Abril de 2012 a agosto de 2015	1014 (100%)
Contra Religiões Afro-brasileiras	71
Contra Evangélicos, Protestantes ou Neopentecostais	8
Contra Católicos	4
Contra Judeus e Pessoas sem Religião	4
Ataques contra a liberdade Religiosa	4
Não informado \ Não possui	9
Setembro a dezembro de 2015	66 (100%)
Agressões contra mulçumanos	32%
Agressões contra candomblecistas	30%
Agressões contra s indígenas	6%
Agressões contra agnósticos	5 %
Agressões contra pagãos	3 %
Agressões contra Kardecistas	3%
Não informados \ Não possui	21

Fonte: Intolerância Religiosa no Brasil: Relatório e Balanço

Tipos de Violência – Total e por Religião

TIPOS DE VIOLÊNCIA POR MOTIVAÇÃO RELIGIOSA	TOTAL	RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS	EVANGÉLICOS	CATÓLICOS	OUTROS
Psicológica	562	221	50	33	258
Moral	232	120	21	16	75
Institucional	199	48	32	9	110
Física	147	84	12	3	48
Patrimonial	144	82	9	31	22
Relativa a pratica de atos/ ritos religiosos	106	54	8	15	29
Negligência	17	2	1	1	13
Sexual	7	0	0	0	7
Total	1414	611	133	108	562

Número total de denúncias: 1414; Fonte: RIVIR, SDH, 2016

5.

MOVIMENTOS, MOBILIZAÇÕES E PROJETOS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO RELIGIOSO

*Enquanto os leões não puderem contar
as histórias de caça, os caçadores sempre
serão os vencedores.*

Provérbio africano

5.1. PROJETO TRADIÇÃO DOS ORIXÁS, INKICES E VODUNS

A primeira organização política dos povos e comunidades de terreiro que identificamos foi fundada em 1987, na Baixada Fluminense/RJ, sob a coordenação de Jayro Pereira de Jesus. O Projeto Tradição dos Orixás, como era conhecido, surgiu em reação ao racismo cultural-religioso e intolerância religiosa dos pentecostais e neopentecostais. A “descoberta” desse Projeto e o posterior interesse em conhecer me-

lhor sua formação e articulação, surgiu da aproximação com o professor Jayro Pereira de Jesus, filósofo, teólogo afrocentrado, egbon do Ilê Omiojuaro e ativista histórico do movimento negro e o grande articulador desse Projeto. Foi através de nossas conversas que comecei a escutar, aprender e a ter a certeza, do que era até então uma suspeita, que em anos recentes a articulação política conjunta das comunidades de terreiro contra as agressões protagonizadas pelas igrejas cristãs não era um processo que se iniciava no século XXI.

Na década de 1980 um grupo de aproximadamente vinte jovens vivenciadores de religiões de matriz africana visitava comunidades de terreiro pela Baixada Fluminense para falar sobre o fenômeno da intolerância religiosa, depois que autorizados pelas respectivas lideranças do terreiro. Consequentemente, dessas intervenções nos terreiros se escutava muitas denúncias de experiências de violências sofridas pelo terreiro e/ou liderança e filhas e filhos de santo. Esse processo foi um dos embriões que geraram o *Projeto Tradição dos Orixás, Inkices e Voduns*, em 1987. “Ia para os terreiros cativar os jovens”, foi o que disse Jayro.

A gente fez um grupo de quase 20 pessoas, todo mundo jovem e a gente saía aos sábados e domingos pela Baixada Fluminense descobrindo terreiros [...] A gente visitou muitos terreiros, ouviu muitas denúncias de igrejas, denúncias de xingamentos verbais e tentativa de ações físicas. Aí a gente senta, faz uma reunião antes e pensa num projeto para atuar junto aos terreiros contra a intolerância religiosa. Daí é que surge o Projeto Tradição dos Orixás (Entrevista, dia 20 jan. 2018).

Concomitante a esse movimento de ida aos terreiros, Jayro Pereira organizou o primeiro curso de língua e cultura yorubá em Nova Iguaçu/Baixada Fluminense, patrocinado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos da Língua e Cultura Yorubá (IPELCY), cujo presidente era o prof. Jayro. O IPELCY foi também outro

espaço importante para a formação política de negras/os bem como do Projeto Tradição dos Orixás. Segundo Pereira, o curso de yoruba “foi um curso que engendrou o Projeto. Foi depois e em meio ao Projeto”. Além das aulas sobre o idioma, professor Jayro “participava as sextas-feiras no curso para fazer uma discussão política de terreiro e a tradição de matriz africana”.

Antes de falarmos propriamente da atuação desse projeto é importante demarcar a conjuntura que a década de 1980 apresentava. Além da ditadura militar, vivíamos um período de recrudescimento e atualização das formas de perseguição e violência às religiões de matriz africana, justificada em grande medida, pelo crescimento das igrejas neopentecostais, precisamente a Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo Jayro Pereira,

Existiam outras igrejas, como Deus é Amor, mas que não tinham a petulância que a Universal teve. Ela se hegemonizou nesse campo das igrejas neopentecostais e inaugurou uma violência que as outras não tinham. Tinha a intolerância, mas não tinha a violência no sentido físico. A Universal é a grande inauguradora da violência, da violência física (Entrevista, 20 jan. 2018).

Nesse período, terreiros começaram a ser invadidos por evangélicos, afrorreligiosos eram agredidos com “surras de bíblia”, materiais de jornais e panfletos

de igrejas começaram a veicular materiais, textos e imagens que depreciavam e agrediam simbólica e psicologicamente os vivenciadores de religião de matriz africana. Segundo Jayro “os terreiros saíram do seu lugar de invisibilidade e vieram para a cena pública, sobretudo, por causa do agravamento e intensificação das agressões”.

O projeto se articulava em torno de três frentes interligadas, a saber: a “luta política”, a “luta jurídica” e a “luta afroepistemológica”.

A “luta política” compreendia a visita a terreiros com o propósito de se debater junto a comunidade acerca do racismo religioso, recolher denúncias de casos e desenvolver formação política a partir de uma afroepistemologia. Nessa perspectiva se discutia sobre a necessidade de se sistematizar uma educação para crianças no terreiro, como a criação de escolas alicerçadas numa afropedagogia. Com esta frente também deram prosseguimento ao levantamento da quantidade de terreiros pela Baixada Fluminense, iniciado nas atividades embrionárias do Projeto, chegando a mapear 3.000 comunidades de terreiro.

Essa luta política empreendia-se também na tentativa de aproximar os terreiros do movimento negro e o movimento negro dos terreiros. Para Jayro, havia até então, “uma cisma, um negócio” exatamente porque o “movimento negro era marxista e religião afro era também o ópio do povo, então a gente aí levar, dizer coisas. Talvez tenhamos sido nós os primeiros a dizer para o movimento negro o que era tradição de matriz africana e o que era ancestralidade”. Além disso, a frente política incentivava os “terreiros a se colocarem para fora”, “interagir com a vizinhança, com o entorno”.

A “luta jurídica” se concretizou a partir da formação do “Núcleo Jurídico Oju Obá”, que funcionava dentro do IPEL-CY. A atuação do Oju Obá compreendia em receber denúncias de intolerância religiosa das religiões de matriz africana, encaminhá-las a delegacia e auxiliar no decorrer dos processos. Um dado interessante que o professor nos informa é a presença da imprensa, naquele momento, noticiando casos de agressão aos afrorreligiosos. Isso ocorria “porque para a mídia era um fato novo. Invasão de terreiro, pedrada”. Somado a esta atuação decorrente das agressões que já haviam acontecido, o núcleo jurídico do Projeto Tradição dos Orixás ia aos terreiros para falar sobre os seus direitos, assim como incentivar aquela comunidade a se informar sobre mecanismos do Direito, no intuito de potencializar a luta e o fortalecimento das comunidades de terreiro.

Além disso, o Núcleo Oju Obá produziu um dossiê, o primeiro do Brasil, sobre os casos de agressões verbais, físicas, psicológicas e simbólicas protagonizadas pelas igrejas pentecostais e neopentecostais, e precisamente denunciando a Igreja Universal. No dia 31 de agosto de 1989, há 28 anos, Jayro Pereira, Mãe Beata de Iyemonjá, Mãe Meninazinha d’ Oxum e Pai Adailton d’ Ogun foram a Brasília e entregaram o “Dossiê Guerra Santa Fabricada” ao subprocurador-geral da República Cláudio Lemos Fonteles.

A gente se articulou com o Movimento Negro Unificado, o MNU de Brasília através de duas pessoas: a Graça Santos, uma afroempreen-

dedora e Wilson Velegi, que trabalha no Ministério Público. A gente se articulou com eles e foi marcado uma audiência com Aristides Junqueira, Procurador-Geral da República naquela época. Nos recebeu assim muito rapidamente porque ele tinha um outro compromisso, mas ele queria pontuar a presença dele e depois nos remeteu ao subprocurador Cláudio Lemos Fonteles (PEREIRA, Jayro, entrevista, 20 jan 2018).

A entrega do Dossiê foi marcada por grande repercussão nacional, sendo manchete nos principais jornais do Brasil. No dia seguinte os jornais falavam do Dossiê e, por conseguinte, dos episódios de intolerância religiosa que ocorriam no Brasil. No mesmo dia eles também entregaram o Dossiê à “Comissão de Diálogo Inter-religioso” da CNBB (Comissão Nacional dos Bispos do Brasil), que era coordenada por Dom Sinésio Bohn.

O Dossiê de 256 páginas constituiu-se de um texto teórico, com uma análise jurídica, realizada por Tânia Maria Salles Moreira, e anexos de panfletos de igrejas que agrediam as religiões de matriz africana e de matérias de jornais do Brasil inteiro que noticiavam casos de intolerância religiosa.

A respeito dos objetivos do “Dossiê Guerra Santa Fabricada”, Jayro Pereira informa que

Na verdade, o encaminhamento do Dossiê para o procurador-geral

da República era para ele percorrer todos os Estados que o Dossiê dizia que tinha intolerância religiosa [...]. E a intenção da procuradoria-geral era fazer a investigação nesses estados todos indicados por nós (Entrevista, 20 jan 2018).

Questionado sobre os desdobramentos acarretados pela entrega do Dossiê ao Ministério Público Federal, prof. Jayro aponta que naquele momento “a gente começou a perceber que já tinha evangélicos neopentecostais nas instituições públicas que começaram a interceptar o Dossiê que tinha virado peça jurídica”. Esta leitura evidencia, no mínimo que a influência política desses setores religiosos bloqueando a efetivação dos direitos das religiões de matriz africana é um fenômeno que se expressa há bastante tempo.

Já a “luta afroepistemológica” tinha o intuito de desmarginalizar a cosmologia, a filosofia e perspectivas negroafricana das comunidades de terreiro que são associadas ao Mal. Também se configurava como uma atuação preocupada em dizer para os afroreligiosos que a tradição de terreiro, segundo Jayro Pereira, não era “só fazer ritual, não é só cantar, não é só dançar. O que permeia tudo isso é algo mais complexo”. O que estava em questão era refletir e debater sobre os valores culturais civilizatórios negroafricanos subjacentes a dinâmica das comunidades de terreiro e com isso dar embasamento afroepistemológico que potencializasse a luta a partir da própria perspectiva afroreligiosa. Contudo, esta frente de luta, em comparação

com as duas descritas anteriormente, segundo Jayro foi pouco enfatizada. Sobre essa consideração, cabe registrar que, a partir de aproximadamente 2016, Jayro Pereira funda e coordena a Escola Livre Ubuntu de Filosofia e Teologia Afrocentrada/Decolonial com o propósito de retomar e priorizar a “luta afroepistemológica” que se caracterizaria por “desmarginalizar”, “desbanalizar” e “desmaniqueizar” a “cosmovisão africana e afrodiaspórica” das comunidades de terreiro.

Por fim, é importante enfatizar que o Projeto Tradição dos Orixás, Inkices e Voduns teve suas atividades com maior vigor no período de 1987 a 1994², que se caracterizou como “um projeto de combate ao racismo cultural religioso afro e de implementação de ações sociais em comunidades de terreiro”, para usar o título de artigo publicado por Jayro Pereira sobre as atividades do Projeto, em 2003. Um dado relevante para nós é o de que, de acordo com Pereira (2003), entre 1987 e 1988 eles organizaram dez encontros regionais por vários municípios da Baixada Fluminense, bairros do subúrbio do Rio de Janeiro e ainda em bairros de São Gonçalo, o que demonstra a extensão da rede construída pelo Projeto. E estes dez encontros culminaram com a conferência estadual do Projeto Tradição dos Orixás realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF).

2. Nesse período, outras duas instituições foram fundadas por religiosos de matriz africana com o objetivo de aglutinar as comunidades de terreiro contra o racismo religioso e intolerância religiosa, a saber: o INARAB (Instituto de Articulação das Religiões Afro-brasileiras) que funcionou de 1989 à 1992 e o CENARAB (Centro Nacional de Articulação das Religiões Afro-brasileiras) que atuou com mais vigor entre 1992 e 1995.

5.2. COMISSÃO DE COMBATE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA (CCIR)

O século XXI é marcado pela continuidade e rearticulação da luta protagonizada por afrorreligiosos na elaboração de estratégias ao enfrentamento do racismo religioso/intolerância religiosa, a partir da organização de novas articulações. A Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR), igualmente a todos os outros movimentos anteriores, surge em reação a uma série de ataques das igrejas neopentecostais às religiões de matriz africana. Segundo o *Relatório de Casos Assistidos e Monitorados pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil* publicado em 2009, ela “nasceu da necessidade cada vez mais premente de defesa dos religiosos de matriz africana diante dos processos de aniquilamento e demonização de suas práticas religiosas”. O relatório destaca como fator decisivo para sua organização a constatação, em 2008, da “intolerância armada” nas favelas e periferias do Rio, por meio dos traficantes e milicianos evangelizados que passam a proibir cultos de candomblé e umbanda e que ainda expulsam afrorreligiosos.

A CCIR é fundada por afrorreligiosos e congrega espíritas, católicos, judeus, muçulmanos, evangélicos, budistas, ciganos, bahá'ís, hare Krishnas, wiccanos, seguidores do Santo Daime, agnósticos e ateus. Além disso, fazem parte dela instituições ligadas ao movimento negro, às questões dos direitos humanos, um representante oficial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e um do Ministério Público. Esta configuração da Comissão, caracterizada pela sua pluralidade religiosa interna demarca a construção de uma agenda política em tor-

no da luta contra a intolerância religiosa e pela garantia da liberdade religiosa, como uma estratégia para preservação dos terreiros. Isto é, há a emergência de uma pauta que visa a unificação de todos os religiosos a partir da construção de uma agenda em comum: o combate a intolerância religiosa e a garantia do direito à liberdade de crer e não crer. “Passamos a encarar o diálogo inter-religioso e o fortalecimento de uma rede de proteção como fundamentais para a manutenção das religiões de matriz africana” (Relatório da CCIR, 2009, p. 11). Outro aspecto aglutinador é a denúncia que a Comissão vem fazendo desde sua fundação da ameaça à democracia por parte de setores evangélicos, notadamente neopentecostais, que possuem um projeto de construção de um “Estado Teocrático no Brasil”. Sendo assim, ainda em 2008, a CCIR articulou a formação de um Fórum de Diálogo Inter-religioso, com a participação de várias religiões, ateus e agnósticos, com o objetivo de construir o Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa³.

Ao longo destes dez anos a Comissão de Combate a Intolerância Religiosa se notabilizou como uma organização de grande importância na visibilização, a partir da mobilização midiática, das demandas por políticas públicas de enfrentamento a intolerância religiosa e na consequente desnaturalização da violência às comunidades de terreiro. Com isso ela também tem se empenhado em trazer os casos de intolerância religiosa para a esfera pública e estimulado os alvos das agressões por motivação religiosa a denunciarem junto as delegacias o crime de “precon-

ceito e discriminação religiosa” enquadrado na Lei 7.716/89.

Nesta perspectiva, uma das demandas da CCIR tem sido a criação da “Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância” (Decradi)⁴ no estado do Rio de Janeiro com o intuito de garantir a efetividade dos direitos constitucionais e permitir que os crimes de intolerância religiosa sejam reconhecidos como um problema do Estado e que, portanto, deixem de ser desqualificados como “um problema de menor importância” (MIRANDA, 2012). No decorrer desse processo, a Comissão tem realizado um importante trabalho de assistência jurídica às vítimas de intolerância religiosa que denunciam a polícia e o subsequente monitoramento dos casos.

Além dessas demandas a CCIR apresenta pautas como implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira; a proibição por parte do governo federal de que empresas e órgãos públicos anunciem ou patrocinem programas em emissoras que transmitam ou produzam programação de conteúdo discriminatório e proselitista; a punição pelo Ministério das Comunicações, com a retirada de programação do ar e aplicação de multas às emissoras de televisão e rádio que promovam a intolerância religiosa; a atualização de todas as delegacias do país para o uso da Lei nº 7.716/89; a realização de um censo nacional das casas de religião de matriz africana em parcerias com universidades em cada estado (Relatório CCIR, 2016).

3. “Intolerância Religiosa no Brasil: relatório e Balanço”, publicado em 2016. O relatório é resultado da parceria entre a CCIR, o CEAP e o Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER) da UFRJ.

4. Agosto de 2017 o governador do Rio de Janeiro, Fernando Pezão, deu o aval para criação da Decradi. Porém até o momento segue sem previsão de funcionamento. Disponível em: http://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-09-20/nova-delegacia-de-intolerancia-ficara-pulverizada.html

Não há dúvida de que a “Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa: eu tenho fé”, que em 2017 foi para sua 10ª edição, é o evento de maior importância realizado pela CCIR. Sob o lema “caminhando a gente se entende”, a primeira edição da Caminhada ocorreu no dia 21 de setembro de 2008, levando cerca de 20.000 pessoas das mais variadas religiões, ateus e agnósticos à orla de Copacabana/RJ. A Caminhada em sua maioria, apesar da variedade de religiões presentes, constitui-se de afrorreligiosos e com isso, aquele caminhar vai se configurando também como um momento no qual o ritmo dos tambores, as cantigas, as danças, o colorido em meio ao branco vai corporificando e se materializando no orgulho, afirmação e exaltação da identidade afrorreligiosa.

Contudo, dentro deste mesmo cenário de mobilizações é oportuno destacar a avaliação do babalawo Ivanir dos Santos, articulador da Comissão, em uma entrevista sobre a 10ª edição da Caminhada: “A motivação dessa caminhada

é igual à da primeira, que aconteceu em 2008. Isso mostra que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário não fizeram nada”⁵.

Essa avaliação do babalawo Ivanir é sintomática, precisamente porque há dez anos, um dos principais episódios que impulsionaram a criação tanto da CCIR e por conseguinte da 1ª Caminhada foi o ataque de traficantes evangelizados a terreiros no Morro do Dendê/RJ. Pois bem, no ano em que a Caminhada completa dez anos, viralizou-se vídeos nas redes sociais de traficantes invadindo terreiros em nome de sua fé, no município de Nova Iguaçu, e mandando as próprias mães e pais de santo quebrarem os assentamentos, imagens ameaçando-os de morte etc (O DIA, 2 out. 2017). Ou seja, esses novos episódios de “intolerância armada”, para usar a expressão presente no relatório da CCIR em 2009, já

5. “Caminhada defende liberdade religiosa em Copacabana”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/caminhada-defende-liberdade-religiosa-em-copacabana-21834481>



VII Caminhada contra a intolerância religiosa – Rio de Janeiro. Representantes de diversas religiões participam de caminhada na praia de Copacabana contra o racismo/intolerância religiosa.

Imagem: Acervo Koinonia, 2014.

era uma tragédia anunciada há muito tempo, caso o Estado seguisse negligente diante das denúncias de intolerância religiosa por parte de setores evangélicos.

Um último aspecto que gostaríamos de ressaltar acerca da Caminhada é a de que, na perspectiva da Comissão, ela nunca foi pensada como uma caminhada encerrada em si mesma. De acordo com o interlocutor da CCIR, Babalawo Ivanir dos Santos, “a Caminhada não é uma caminhada em si só. Nunca foi. Olha o que em torno do chamado da Caminhada se produziu de ações em vários lugares [...]. Mesmo as experiências nos órgãos públicos: todas elas após a Caminhada” (Entrevista, 16 jan. 2018).

A Caminhada é uma estratégia de luta que se personifica na construção de um ponto de unidade de diversos credos que visibilizam e reivindicam a elaboração de políticas públicas de combate a intolerância religiosa. Uma dessas experiências em órgãos públicos é referente a criação, em 2012, do CEPLIR (Centro de Promoção à Liberdade Religiosa e Direitos Humanos) no estado Rio de Janeiro, coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Além disso, há também o processo de elaboração do “Plano Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa” que, em 2014, foi apresentado e submetido a consulta pública. Após anos de embates políticos, o dia 23 de janeiro deste ano foi marcado pela apresentação tanto do Plano como do “Conselho Estadual de Defesa da Promoção da Liberdade Religiosa” pela SEDMH⁶.

6. “Rio é primeiro estado a ter plano e conselho de promoção da liberdade religiosa”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/rio-e-primeiro-estado-ter-plano-e-conselho-de-promocao-da-liberdade-religiosa>

Por fim, a Comissão de Combate a Intolerância Religiosa tem investido na produção de pesquisas, dados, relatórios, palestras, manuais, em suma, conhecimentos, em parceria com universidades e movimentos sociais sobre a configuração da intolerância religiosa no Rio de Janeiro e Brasil. Dentre estes materiais destacamos o lançamento do livro, já citado, “Intolerância Religiosa no Brasil: relatório e Balanço”, que tem sido utilizado pela CCIR como ferramenta de denúncia do contexto de intolerância e cerceamento da liberdade religiosa pelo mundo. Salientamos também a criação do Curso de Extensão na IFCS/UFRJ de multiplicadores contra a intolerância religiosa, em agosto de 2017. O curso, que resultou de uma articulação da CCIR com Laboratório de Experiências Religiosas do Instituto de História da UFRJ e o Grupo Awrê, em sua primeira edição, tiveram como público-alvo os religiosos de matriz africana. Seus objetivos era o de formar multiplicadores dos saberes históricos, socioantropológicos e legislativo e, deste modo, potencializar a luta.

5.3. MAPEAMENTO DAS CASAS DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO RIO DE JANEIRO

No ano de 2006, Mãe Beata de Iyemonjá, após ser procurada por Mãe Flávia Pinto solicitando-a apoio para um projeto de mapeamento de comunidades de terreiro do estado Rio de Janeiro, apresentou-o para a PUC-RIO. A partir disso, o Mapeamento das Casas de Religiões de Matriz Africana – realizado pela PUC-RIO em parceria com a SEPPIR-PR entre 2008 e 2011 – não só resultou de uma proposta trazida por afrorreligiosos, como o próprio processo de elabo-

ração e construção da metodologia e o seu respectivo andamento tiveram a participação ativa das lideranças religiosas. Nas palavras de Mãe Beata, escritas no prefácio do livro *Presença do Axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro* (2013), que compilou os resultados da pesquisa:

Senti-me de fato presente, pois discutíamos todos os passos a serem tomados para bons caminhos (*onan ire*), líderes de várias correntes de matriz africana, que se debruçavam horas e dias juntamente com a academia – em pé de igualdade – para ver o nosso trabalho acontecer.

Por meio da metodologia de cartografia social, a pesquisa tinha como objetivo mapear a localização dos terreiros do Rio de Janeiro, visibilizando assim a sua existência no território fluminense. Identificar e espacializar as formas de violência, conhecer as práticas sociais e políticas desenvolvidas por estes espaços e contribuir para o (re) conhecimento do patrimônio identitário da população negra. A pesquisa de mapeamento confeccionou diversos mapas com temas distintos a fim de ilustrar a variedade dos resultados da pesquisa de maneira cartográfica, destacando-se o mapa de localização das 847 casas mapeadas pela pesquisa e o mapa da intolerância religiosa que materializa espacialmente os locais das agressões verbais, físicas e outras identificadas pela pesquisa⁷ (FONSECA, Denise; GIACOMINI, Sonia, 2013).

DADOS DO MAPEAMENTO DE TERREIROS		
TERREIROS QUE SOFRERAM AGRESSÃO	SIM	NÃO
	52%	48%
LOCAL DA AGRESSÃO	ESPAÇO PÚBLICO	57%
	ESPAÇO PRIVADO	33%
TIPOS DE AGRESSÃO	VERBAL	70%
	FÍSICA	21%
TIPOS DE AGRESSORES	EVANGÉLICOS	32%
	VIZINHOS	27%
	VIZINHOS EVANGÉLICOS	7%
	OUTROS	30%
TIPOS DE ALVO	ADEPTOS	60%
	TERREIROS	29%

Fonte: Presença do Axé: mapeamento terreiros no Rio de Janeiro

7. Resultado da demanda apresentada pelo Conselho Griot foi produzido também a "Cartilha para a legalização de Casas Religiosas de Matriz Africana". Disponível em: <http://www.jur.puc-rio.br/2018/01/30/cartilha-do-nec-legalizacao-de-casas-religiosas-de-matrizes-africanas/>

Esta breve apresentação do Mapeamento importa para nós, posto que a metodologia e a epistemologia de pesquisa que possibilitou a realização e alcance dos resultados tinham como premissa a participação substantiva de afrorreligiosas/os. Segundo Denise Fonseca e Sonia Giacomini (2013, p. 31, grifo nosso), “o que estava por trás desta estrutura de pesquisa era a determinação de promover a *coprodução de conhecimento* entre os portadores dos chamados conhecimentos tradicionais e conhecimento científico, em busca de uma nova epistemologia”. Esta coprodução de conhecimento foi realizada a partir da participação do Conselho religioso-político, conhecido como Conselho Griot. O Conselho era composto por quatorze lideranças religiosas de matriz africana, sendo sete do Candomblé e sete da Umbanda. Ainda de acordo com Fonseca e Giacomini (2013), o papel dos conselheiros foi o de definir as casas a serem pesquisadas; as condições de acessibilidade à informação coletada; a gestão e utilização do conhecimento criado, delinear as necessidades metodológicas específicas e a dinâmica de interação e trabalho com as casas mapeadas. Conforme Mãe Beata (2013), “a presença massiva de lideranças religiosas de matriz africana, que compunham o Conselho Griot da pesquisa [...] tudo era discutido, e nenhuma decisão era tomada sem o aval de tod@s nós do Conselho”. Vale ressaltar, quanto a participação efetiva dos afrorreligiosos, dois aspectos: primeiro é o de que além do papel crucial do Conselho Griot, a própria coordenação de campo da pesquisa foi formada por Mãe Flávia Pinto e Bàbá Adailton Moreira, ambas lideranças religiosas de matriz

africana. Segundo, é que os pesquisadores bolsistas do projeto selecionados para a pesquisa, preferencialmente deviam possuir “vínculos vivos com o segmento religioso de matriz africana”, o que acabou garantindo uma maior participação de afrorreligiosos na realização da pesquisa⁸.

Diante do exposto, percebemos como as/os afrorreligiosa/os, por meio de sua “agência” não apenas apresentou a demanda como também foi preponderante para se alcançar os resultados da pesquisa.

5.4. MOBILIZAÇÃO DE AFORRELIGIOSAS/OS CONTRA A DECISÃO DO JUIZ FEDERAL

“Justiça Federal define que cultos afro-brasileiros não constituem uma religião”. Para quem não lembra isso foi o título da reportagem publicada pelo jornal *O Dia*, 16 de maio de 2014. Isto ocorreu depois que o juiz federal Eugênio Rosa de Araújo, da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, apresentou o argumento de sua decisão que indeferiu o pedido do Ministério Público de retirar 15 vídeos do Youtube do ar que agrediam as religiões afro-brasileiras. Segundo a reportagem, o juiz Federal Eugênio Rosa alegou que as crenças professadas pelos adeptos das religiões de matriz africana não continham as características necessárias de uma religião. Para o juiz, os traços necessários de uma religião seriam a existência de “um texto base – uma Bíblia Sagrada, Torá ou Alcorão, por exemplo –, e que deve existir uma estrutura hierárquica, com um deus a ser venerado, para que se constitua uma religião” (*O Dia*, 16 maio de 2014).

⁸. Para acessar os mapas e outros materiais produzidos pela pesquisa ver: www.nima.puc-rio/mapeamento/

A sua declaração evidencia, em grande medida, a permanência, manutenção e atualização do modelo judaico-cristão como organizador da dinâmica social, desconsiderando, portanto, a laicidade do Estado. Com isso ele também, explicita a perspectiva racista, etnocêntrica e eurocêntrica que historicamente vem inferiorizando e desqualificando as tradições culturais religiosas de ascendência africana. Embora a decisão e os argumentos apresentados por esse juiz suscitem e mereçam muitas discussões acerca do lugar e papel da Justiça na perpetuação das discriminações, através do racismo (institucional), o que nos interessa aqui é o enfrentamento dos afrorreligiosos. Sendo assim, ao pesquisar sobre esse caso percebemos que ele envolve duas articulações do povo de terreiro, sendo a segunda provocada pelos rumos tomados pelo processo anterior.

Na primeira articulação encontramos o episódio no qual a Procuradoria Regional de Direitos Humanos do MPF recebe, segundo jornal *Folha de S. Paulo*⁹, uma denúncia da Associação Nacional de Mídia Afro (ANMA), cujo presidente é o Babalorixá Márcio de Jagun. Foi esta denúncia que gerou a abertura de procedimento administrativo para apurar os 26 vídeos publicados no Youtube e que possibilitou, em seguida, a solicitação da retirada dos vídeos, uma vez que o MP entendeu que os vídeos “promovem a discriminação e a intolerância as religiões de matrizes africanas”.

A segunda articulação dos afrorreligiosos ocorreu em reação a declaração do juiz federal Eugênio de Araújo. Religiosos de matriz africana, através da

Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR) e da ANMA, promoveram o “Ato em Solidariedade às Religiões de Matriz Africana”, sob o lema “Independente de escolhas, somente unidos, somos muito fortes”, realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no dia 21 de junho de 2014. No ato estiveram presentes líderes de várias religiões, em solidariedade à negação do juiz de retirar os vídeos da rede, assim como também em repúdio ao argumento que inferioriza as religiões de matriz africana.

Cabe salientar que o juiz federal, após polêmica em torno de sua declaração devido, sobretudo, manifestação dos afrorreligiosos, volta atrás e afirma que cultos brasileiros são religiões, porém, mantêm sua decisão de não retirar os vídeos do ar¹⁰. Araújo argumentou que “a liminar indeferida para a retirada dos vídeos no Google teve como fundamento a liberdade de expressão de uma parte (Igreja Universal) [...]”, desse modo, segue desconsiderando o caráter discriminatório, intolerante e de incitação ao ódio, denunciado pelos afrorreligiosos e ratificado pelo MPF. Na mesma perspectiva o advogado Hédio Silva Jr (2009, p. 206), defende: “à medida que a liberdade de expressão passa a ser utilizada para pregar o preconceito e a discriminação, tem-se um quadro de abuso e não de uso do direito”.

Mesmo assim, no fim desse processo, a articulação das religiões de matriz africana se concretizara na vitória deste embate jurídico. No dia 27 de junho de 2014, depois do MPF recorrer da decisão anterior, a Justiça Federal determinou que o Google Brasil retirasse quinze ví-

9. “Procuradoria recomenda retirar vídeos do Youtube que atacam igrejas” <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/02/1418119-procuradoria-recomenda-retirar-videos-que-atacam-igrejas-de-matriz-africana.shtml>

10. “Juiz federal volta atrás e afirma que cultos afro-brasileiros são religiões” <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/juiz-federal-volta-atras-e-afirma-que-cultos-afro-brasileiros-sao-religioes.html>

deos que agrediam e incitavam o ódio às religiões de matriz africana¹¹.

5.5. ABERTURA DE INQUÉRITO CIVIL CONTRA OS “GLADIADORES DO ALTAR”

“Em culto da Universal no CE, jovens ‘gladiadores’ se dizem ‘prontos para a batalha’”. Este foi o título da matéria publicada pelo portal *Uol Notícias* no dia 3 de março de 2015. A matéria noticiava a publicação de um vídeo no Facebook, no dia 15 de fevereiro de 2015, produzido pela Igreja Universal do Ceará, no qual registrava a entrada de jovens em um culto da igreja, vestidos como militares, batendo continência e dizendo palavras de ordens. Segundo o *Uol Notícias*, no vídeo os jovens diziam: “graças ao Senhor hoje estamos aqui prontos para a batalha, e decididos a te servir. Somos gladiadores do seu altar. Isso é uma decisão. Todos os dias enfrentamos o inferno confiantes em sua santa proteção”.

Dois dias depois da publicação desta matéria, o jornal *O Dia* lançou a reportagem intitulada “Polêmico ‘exército’ da Igreja Universal, Gladiadores do Altar chega ao Rio”. Nela o jornal noticiava que o projeto da Universal se encontrava em várias partes do Brasil, contando com 4.300 participantes em todo o país e ainda com ramificações em templos de países como Argentina e Colômbia. No caso do Rio de Janeiro, já reunia dezenas de adeptos em bairros como Recreio e Tijuca.

O que nos interessa de toda a polêmica gerada em torno da criação do projeto Gladiadores do Altar (G.A) da Igreja Universal é, precisamente o significado

desse projeto para os afrorreligiosos, suas interpretações e, sobretudo, a mobilização política a nível nacional contra o Gladiadores do Altar.

No dia 23 de março de 2015 lideranças de terreiro de 26 estados organizaram um ato nacional contra o Gladiadores do Altar e entregaram um pedido de abertura de inquérito civil ao Ministério Público Federal para investigar o G.A sobre possíveis casos de intolerância religiosa. Anexado ao pedido havia uma “farta documentação reunindo graves denúncias contra a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)”¹².

O advogado e candomblecista que elaborou a petição entregue ao MP, Luiz Fernando Martins, declarou ao jornal *O Dia*, no dia 20/03/2015, “sabemos do histórico de perseguições e violência contra centros espíritas e integrantes de religiões afro-brasileiras, praticadas por membros da Igreja Universal em todo o país. Líderes da Umbanda e do Candomblé estão preocupados com o que pode vir a ser esse novo grupo”.

Nesse caminho, a “Carta Aberta às Autoridades Brasileiras: Proteção das Religiões de Matriz Africana contra os ‘Gladiadores do Altar’”¹³, elaborada por diversas lideranças afrorreligiosas, endereçada ao M.P, divulgada no dia 7 de março de 2015 pelas mídias sociais da Casa Oxumarê, um dos terreiros tradicionais da Bahia, é um documento importante no que se refere a perspectiva afrorreligiosa sobre o caso.

A Carta apresenta uma série de elementos que expressam o significado

11. “Justiça manda Youtube excluir vídeos com intolerância religiosa”. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/justica-manda-youtube-excluir-videos-com-intolerancia-religiosa/>

12. “Umbandistas e candomblecistas vão ao MPF denunciar grupo ‘Gladiadores’” <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-24/umbandistas-e-candomblecistas-vao-ao-mpf-denunciar-grupo-gladiadores.html>

13. Para ler na íntegra: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR80303>

e a maneira pela qual a Igreja Universal, desde sua fundação, posiciona-se diante das religiões de matriz africana. Evidencia/denuncia, em toda a sua extensão, a lurd como uma igreja responsável pela perseguição, assim como das diversas formas de violências causadoras de danos “incalculáveis” às comunidades de terreiro. As primeiras linhas do documento já nos informam o significado da Universal, bem como a gravidade dos seus ataques para as lideranças de terreiro: “a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) promove um massacre cultural e religioso contra as Religiões Tradicionais de Matriz Africana, perpetrando uma contínua, incansável, declarada e brutal perseguição através dos meios de comunicação social”. Essa compreensão e definição da lurd faz com que no mínimo, por um lado, reconheçamos a validade dos protestos, assim como evidencia os motivos de toda a mobilização nacional que ocorreu.

É fundamental destacar que a “carta aberta as autoridades brasileiras”, solicitava a instauração de um inquérito civil público, no qual se investigasse possíveis casos de intolerância religiosa, como veiculado nas notícias dos jornais. Entretanto, essa não era apenas a única solicitação presente na carta. Os afrorreligiosos solicitavam uma audiência pública na sede do MPF com objetivo de denunciar e cobrar resoluções a respeito dos programas religiosos veiculados nas TVs patrocinados pela Universal que produzem “a apropriação e desfiguração e ainda desqualificação de rituais e liturgias das religiões afro-brasileiras”.

Por fim, vale ressaltar que no dia 16 de janeiro de 2017, o site da ong Koinonia publicou uma notícia intitulada “Lem-

bra deles? ‘Gladiadores do Altar’ da Igreja Universal serão investigados”. A notícia falava sobre o pedido de instauração de um inquérito criminal, na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância do estado de São Paulo, para apurar a responsabilidade por crimes “como propaganda de perseguição religiosa e prática, indução ou incitação à discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. O pedido para a abertura do inquérito se baseava numa postagem do Facebook veiculada aos Gladiadores do Altar de incitação ao ódio. A postagem dizia coisas como: “limparemos nosso país de tantos falsos profetas e tornaremos a Igreja Universal única religião dominante em nosso território!”; “destruiremos cada religião enganosa até que desapareça do nosso país! Essas religiões pagãs e de origens africana ou muçulmana não serão toleradas em nosso país! Nem o homossexualismo!”.

5.6. INVASÃO E DEPREDÇÃO DAS COMUNIDADES DE TERREIRO EM NOVA IGUAÇU

Entre agosto e outubro de 2017 assistimos, via redes sociais, vídeos com homens armados dentro de terreiros, no município de Nova Iguaçu/RJ, ordenando “quebra tudo, apaga as velas, pelo sangue de Jesus tem poder. Todo mal tem que ser desfeito em nome de Jesus”. Esses registros de destruição dilaceraram não apenas as pessoas atingidas diretamente, mas todas as comunidades de terreiro.

Diante desse contexto de atuação dos traficantes evangelizados, o “braço armado da intolerância religiosa”, que como já vimos, vem sendo denunciado pela Comissão de Combate

a Intolerância Religiosa, desde 2008; somado aos inúmeros outros casos de violência por motivação religiosa, não só no Rio, o povo de terreiro mobilizou ações em reação as tentativas contínuas de destruição.

No município de Nova Iguaçu, a comunidades de terreiro Ilê Omiojuaro, dia 16 de setembro de 2017, realizou uma reunião de discussão e estratégias dos povos tradicionais de matrizes africanas afro-brasileira sobre os casos de violações e depredações às comunidades de terreiro. As lideranças de terreiro presentes nessa reunião produziram uma carta endereçada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Governo do Estado do Rio de Janeiro¹⁴. Esta carta, lida publicamente na “Audiência Pública sobre Intolerância Religiosa e Ataques a Terreiros”, na Alerj, no dia 5 de outubro de 2017, classificava como crime de terrorismo as agressões cometidas contra os terreiros em Nova Iguaçu, além de listar algumas exigências ao governo do estado do Rio de Janeiro e ao município de Nova Iguaçu.

No que se refere às demandas apresentadas na Carta ressaltamos:

1 - o “imediato fechamento das igrejas nos presídios”, baseado no Art. 19, Inc. 1 da Const. Federal. Além disso, argumentava que “os ‘traficantes evangélicos’ são arregimentados no cárcere”.

2 - “que os ministros religiosos que promovem a perseguição aos adeptos das religiões tradicionais de matriz africana sejam acionados por crime de ódio e devidamente enquadrados na Lei de Segurança Nacional”.

¹⁴. “Carta dos Povos Tradicionais de Matriz Africana do Estado do Rio de Janeiro”. Disponível em: <http://s0.ejesa.ig.com.br/pdf/odia/17/10/CARTA-TERREIRO-RJ-audiencia-publica.pdf>

3 - “proteção e acolhimento às vítimas (e suas respectivas famílias) no que consiste ao atendimento psicológico, de Saúde, Segurança, Bem-estar e Educação”.

A compreensão de que aqueles atos criminosos se configuram como crime de “terrorismo religioso” merece ser destacada. A categoria de “terrorismo religioso” denota a gravidade das agressões e que, diante do que viemos refletindo até aqui, são efeitos da omissão do Estado diante das denúncias sistemáticas de perseguição e violência às religiões de matriz africana. No entendimento do advogado Hédio Silva Jr,

devemos acionar o Estado brasileiro nas Cortes Internacionais de Justiça, visto que tais crimes resultam de décadas de omissão das autoridades e agentes públicos que nada fazem para coibir a propaganda do ódio e a incitação à violência contra as Religiões Afro-brasileiras¹⁵.

Nessa perspectiva, estes episódios em Nova Iguaçu deflagaram não somente uma nova categorização das agressões às religiões de matriz africana, que como tal reconfiguram a própria percepção da violência, mas também como essa classificação demarca “novos” caminhos estratégicos de enfrentamento à problemática: recorrer a instâncias internacionais.

¹⁵. SILVA JR. Hédio. “Depredações de templos e coação de Sacerdotes(isas) configuram crime de terrorismo”. Disponível em: <https://umbandaead.blog.br/2017/09/14/depredacoes-de-templos-e-coacao-de-sacerdotesisas-configuram-crime-de-terrorismo/>.

No dia 29 de outubro, a liderança do Ilê Omiojuaro, babalorixá Adailton Moreira, entregou a Sra. Margarette May Macaulay, relatora especial para os direitos da população afrodescendente e mulheres na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), um “Levantamento de casos de racismo e intolerância religiosa contra religiões de matriz africana no Brasil”, elaborado pelo terreiro e a ong Criola, em Montevidéu (Uruguai)¹⁶. Num mesmo sentido, no dia 30 de outubro, representantes das religiões de matriz africana entregaram uma petição na Câmara Municipal de São Paulo denunciando o Brasil à Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a omissão das autoridades brasileiras diante deste problema histórico. Essa ação visa obrigar o Estado brasileiro, segundo Hédio Silva, um dos responsáveis pela denúncia, “adotar políticas preventivas, educacionais; incentivos na área cultural, na publicidade, direcionados para a valorização da diversidade humana, para a cultura de paz e de respeito recíproco entre todas as convicções e crenças”¹⁷, além de reparar as vítimas de racismo religioso.

Ao que tudo indica estas últimas mobilizações expressam as várias esferas e níveis de articulação política que as comunidades de terreiro têm ocupado e tensionado. Nada próximo a um estado de conformação ao lugar marginal, subalterno e desumanizador relegado as religiões de matriz africana.

16. “Organizações de Mulheres Negras se encontram com relatora da OEA”. Disponível em: <http://criola.org.br/organizacoes-de-mulheres-negras-se-encontram-com-relatora-da-oea/>

17. “Vivemos era do ódio”, diz advogado que luta contra intolerância religiosa”. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2017/12/01/o-brasil-vive-a-era-do-odio-diz-especialista-em-intolerancia-religiosa.htm?cmpid=co-piaecola>

5.7. “BISPO-PREFEITO” DO RIO DE JANEIRO

Em meio aos movimentos, mobilizações e articulações de afrorreligiosas e afrorreligiosos de enfrentamento ao racismo religioso/intolerância religiosa no estado do Rio de Janeiro, a sua capital, em 2016, elegeu para prefeito o candidato Marcelo Crivella. A ascensão Crivella à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro pode ser considerada como a primeira conquista da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) a prefeitura de uma grande capital. Isso nos leva a questionar se em alguma medida a sua vitória pode vir a redefinir a experiência vivida dos afrorreligiosos na cidade do Rio, uma vez que, a Igreja Universal, segundo Emerson Giumbelli (2007), tem um projeto político hegemônico que reiteraria a subordinação religiosa e social das religiões de matrizes africanas. Além disso, sua vitória se torna particularmente significativa ao considerarmos que o Rio de Janeiro, segundo o relatório sobre a intolerância religiosa no Brasil lançado ano passado (SANTOS; CAVALCANTI; GINO; ALMEIDA, 2016), tem o maior número de denúncias de agressões contra afrorreligiosos no Brasil.

O primeiro ano de gestão do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, foi permeado por polêmicas, debates e mobilizações de afrorreligiosas/os e setores culturais em reação às políticas de seu governo. Grande parte desse processo tem a ver com o Decreto de Lei (DL) nº 43.219, publicado por Marcelo Crivella no dia 26 de maio de 2017 que instituiu o Sistema Rio Ainda Mais Fácil Eventos (RIAMFE) destinado a processar e emitir autorizações de eventos em áreas públicas e particulares. O decreto ainda condicionava

a realização de eventos à aprovação direta do gabinete do prefeito Crivella.

Segundo o decreto, em seu Art. 2º, a prefeitura teria a responsabilidade de liberar ou não eventos de natureza cultural, esportiva, econômica, recreativa, artística, musical, expositiva, cívica, comemorativa, social, política ou religiosa. Além disso, estabelecia a obrigatoriedade de alvará de licença para atividades permanentes. Essa exigência afeta diretamente as casas religiosas de matriz africana, uma vez que grande parte delas não possui alvará. Nesse sentido, a publicação desse decreto desencadeou a mobilização de afrorreligiosos cobrando a sua suspensão.

Dentre as articulações políticas de afrorreligiosos nós temos a criação do movimento “Não Mexa na Minha Ancestralidade” (NMA). Coordenado pelo candomblecista João Paulo Alves d’Xangô, o movimento surgiu inicialmente como uma página no Facebook, no dia 2 julho de 2017, com o objetivo de informar as pessoas sobre o decreto, assim como o de mobilizá-las para um debate público. A partir de sua página, o NMA, criou um evento no Facebook em que convocava o povo de terreiro e setores culturais que se sentiam prejudicados com o decreto, como sambistas e capoeiristas, a comparecerem no dia 24 de agosto de 2017 na Câmara dos Vereadores para um debate público. Segundo a descrição do evento essa mobilização tinha “a finalidade de formar um debate sobre os impactos do DL 43.219 para as casas de Umbanda e Candomblé que não possuem alvará”.

No entendimento do “Não Mexa na Minha Ancestralidade”, o decreto abria a possibilidade de ameaça explícita às religiões de matriz africana e à cultura negra carioca como um todo. Nas pa-

lavras de João Paulo d’ Xangô, “o decreto não garante o direito de crença, ele não garante o direito político, ele não garante nada, ao contrário” (Entrevista, 4 dez. 2017).

O debate público do dia 24 de agosto, se mostrou um grande ato político das comunidades de terreiro na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Com a presença estimada de 1.200 pessoas, o debate se mostrou um ato de afirmação e valorização das religiões de matriz africana, assim como de reivindicação do reconhecimento dos seus direitos de liberdade de culto e crença. Os afrorreligiosos, oriundos de diversas casas e tradições ocuparam a Câmara com seus cânticos, vestimentas, atabaques e discursos, proferidos da tribuna, que a partir da crítica ao decreto, exaltavam as suas tradições ancestrais e denunciavam o racismo religioso.

Em relação a esta espécie de ocupação da Câmara Municipal de afrorreligiosos, João Paulo ressalta:

A ideia de trazer as pessoas para a praça pública era justamente mobilizar para que o próprio prefeito visse que nós não somos 1%, nós somos até muito mais do que este 1% que eles dizem. Então a ideia realmente era mobilizar pessoas ali e aí botar a prefeitura contra a parede. E provou uma coisa: que nós candomblecistas, apesar das pessoas insistirem em dizer que não somos, nós somos unidos sim [pausa]... é só vê uma situação extrema contra aquilo que nos representa, que é a nossa religiosidade (Entrevista, 4 dez. 2017).

Ainda em relação ao decreto de lei nº 43.219 é importante registrar que além da mobilização e pressão através da esfera legislativa, houve uma articulação do povo de terreiro no âmbito jurídico. No dia 26 de julho de 2017, a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), junto à lideranças de terreiro, encaminhou ao Tribunal de Justiça uma representação por inconstitucionalidade contra o decreto publicado pelo prefeito Crivella¹⁸. Essas mobilizações, por fim, desencadearam a suspensão deste decreto pelo Tribunal de Justiça em janeiro deste ano (O Globo, 23 jan. 2018).

Outra polêmica na gestão do prefeito Marcelo Crivella foi a realização de um censo religioso na Guarda Municipal. Segundo a matéria do portal G1, no dia 9 de agosto, intitulada “Prefeitura do Rio faz censo religioso na Guarda Municipal”, o “formulário, demanda do Comando da Guarda Municipal, tem três perguntas. A primeira, se a pessoa professava alguma religião. Se sim, há opção de responder se é católico, evangélico, espírita ou outra”. A justificativa da Prefeitura para realização do Censo era de que pretendiam construir uma Capelanía. A despeito de sua justificação, a matéria informa haver relatos de guardas dizendo-se constrangidos e temendo represálias.

É importante destacar a ausência das religiões de matriz africana no questionário. Sobre isso, o Babalaô Ivanir dos Santos, representante da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, em entrevista para essa matéria do jornal O Dia, ressaltou que “a ação é parte de uma longa história de perseguições a religiões e culturas afro-brasileiras no país”.

18. “OAB/RJ entra com representação contra decreto da Prefeitura”. Disponível em: <http://www.oabrj-entra-com-representacao-contra-decreto-da-prefeitura>. Acessado em: 2 dez. 2017.

Após a polêmica criada em torno deste censo religioso, a comandante da Guarda Municipal, Tatiane Mendes, evangélica, admitiu ter ocorrido um “equivoco lamentável” (O Dia, 10 ago. 2017).

Ademais, sob o argumento da necessidade de cortar gastos, o prefeito Marcelo Crivella suspendeu o apoio financeiro para o tradicional “Presente de lemanjá”, realizado em dezembro, na praia de Copacabana. Acerca desse corte, Mãe Marilene Matos, Vice-presidente do Movimento Umbanda do Amanhã, o MUDA, numa entrevista ao Jornal Extra¹⁹, afirmou: “junto ao aspecto financeiro há uma posição religiosa para que não haja o evento. Estamos sendo esmagados pelo poder religioso da atual administração”. Na mesma direção, o Babalaô Ivanir pontua: “é inegável que há uma segregação cultural. Na concepção da Igreja Universal, há uma demonização das religiões africanas”.

Diante do corte de verbas da Prefeitura para a realização da já tradicional festa, a Congregação Espírita Umbandista do Brasil (Ceub), responsável pela celebração do Presente de lemanjá, organizou uma vaquinha virtual para levantar fundos que garantissem a realização da festa. Observamos com isso, a mobilização dos afrorreligiosos nas mídias sociais, a partir da apropriação de ferramentas tecnológicas que permitem um financiamento coletivo de projetos que independem de verbas públicas. Além disso, ressaltamos que a divulgação pelas mídias sociais do Presente de lemanjá tornaram-se também um espaço de repúdio a gestão do prefeito Crivella. A realização do evento, mais

19. “Pela primeira vez em 13 anos, Prefeitura do Rio corta apoio financeiro à procissão de lemanjá. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/pela-primeira-vez-em-13-anos-prefeitura-do-rio-corta-apoio-financeiro-procissao-de-lemanja-22126728.html> Acessado em: 8 dez. 2017.

do que nunca, tornou-se um ato de (re) existência das comunidades de terreiro do Rio de Janeiro.

Essa categorização de Crivella como “bispo-prefeito” – que nomeia esse subcapítulo –, tem sido mobilizada por diversos setores sociais, e sobretudo afrorreligiosos. Ela indica de maneira objetiva a não separação entre religião e política. Ainda que, oficialmente, o prefeito Marcelo Crivella não tenha nem assumido uma candidatura estritamente confessional evangélica, o seu primeiro ano de mandato evidencia uma veiculação entre sua identidade religiosa, bispo da Igreja Universal, e o seu governo.

Sendo assim, o Decreto de Lei, os cortes de verbas, o censo na Guarda Municipal, assim como o não comparecimento do prefeito na abertura oficial do carnaval (Estadão, 24 fev. 2017); o anúncio de corte 50% nas subvenções públicas direcionadas as escolas de samba para os desfiles do grupo especial no carnaval

2018 (O Globo, 12 jun. 2017); e também o corte no apoio financeiro da prefeitura à realização do tradicional Trem do Samba (G1, 30 nov. 2017); podem estar sinalizando a institucionalização de um governo iurdiano na cidade do Rio de Janeiro e que, como enfatizou Bábá Adailton, tem como uma das características acabar ou, pelo menos dificultar as práticas culturais-religiosas negraafricana. Nas palavras de Babalorixá Adailton Moreira d’Ogun,

Crivella, este bispo-prefeito, que não é um prefeito-bispo, é um bispo-prefeito. E aí vai acabando com tudo, vai acabando com o samba, vai acabando com as manifestações e expressões negraafricanas. Vai dominando nossos corpos. É um projeto de dominação (Entrevista, 13 dez. 2017).

PADE

Projeto Africanidade Dança e Educação

O PADE – Projeto Africanidade Dança e Educação, coordenado pelo professor e Bãbálorixa Alexandre Carvalho d’Oxumarê, é um dos projetos vinculados ao Departamento de Arte Corporal na Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um projeto que surgiu em 2010 com o objetivo de pesquisar, estudar, discutir, difundir e ressaltar a importância das religiões de matriz africana para a formação e manutenção da cultura brasileira. Articula encontro de saberes e conhecimentos entre os terreiros e os integrantes do Projeto. Elabora performances artísticas e culturais a partir dos conhecimentos e saberes presentes nas comunidades de terreiro e assim, esse complexo cultural civilizatório, reiteradamente associados ao Mal, ao demônio, são (re)apresentados com sua dignidade e potência libertadora. A estratégia de enfrentamento ao racismo religioso do PADE está no processo de descolonização do pensamento, de mudança do olhar racista e colonial sobre as comunidades de terreiro.

Imagem: Thomas Quine (CC BY 4.0)



ORO ORUM:

Axé Eu Respeito

O aplicativo de celular que recebe denúncias de violência contra as religiões de matriz africana, batizado de “Oro Orum: Axé Eu Respeito”, foi idealizado pelo afrorreligioso Léo Akin Olakunde e surge como uma ferramenta que ajuda a identificar, registrar e compilar um perfil amplo de casos de agressão direcionada aos afrorreligiosos. O aplicativo é uma ferramenta tecnológica à mão, de alcance nacional, capaz de incentivar a denúncia dos crimes de discriminação religiosa, bem como o de organizar um banco de dados dos casos denunciados para o aplicativo. O aplicativo oferece a possibilidade de realizar denúncia especificando o endereço em que sofreu a agressão, data, hora, quem fez (autoridade, servidor público, vizinho, parente, evangélico, católico, etc), o que fez (injúria, espancamento, invasão, racismo, assassinato, etc) e um espaço para relatar com mais detalhes o ocorrido. O aplicativo também disponibiliza informações sobre leis que garantem a liberdade religiosa, permite localizar através de um mapa o local das agressões denunciadas ao aplicativo e através dos usuários que cadastram sua comunidade-terreiro, o aplicativo produz um banco de dados capaz de quantificar e localizar os terreiros pelo Brasil.

MUDA

Movimento Umbanda do Amanhã

O MUDA é um movimento formado por casas de Umbanda que tem o objetivo de positivar e desconstruir a visão racista, preconceituosa, negativa e minimalista sobre a Umbanda. Procura propagar a Umbanda como uma religião difusora do bem e da caridade e, desse modo, atua no imaginário social que associa a Umbanda e as outras religiões de matriz africana como espaços de culto a forças do Mal. Esse movimento, que existe há dez anos, segundo Mãe Marilena, dirigente da Casa de Cláudia e vice-presidente do MUDA, tem como principal papel “mostrar que nós não somos só incorporação [...] mas que nós somos uma religião, que como toda e qualquer outra, tem seus bons e maus líderes e que como toda e qualquer outra precisa ser respeitada”. Eles realizam ações sociais, limpezas de cachoeira e assim, falam também da importância do respeito ao meio ambiente para as religiões de matriz africana. Integram a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa e como tais, acolhem, assessoram e acompanham afroreligiosos que foram alvo de alguma religião por motivação religiosa.

Imagem: A. Baldini (CC BY 4.0)



YLÊ ASÈ EGI OMIM

Centro de Tradições Afro-brasileiras

O Ylê Asè Egi Omim, liderado pela Iyalorixá Wanda Araújo d' Omolu, abriga o Centro de Tradições Afro-brasileiras Ylê Asè Egi Omim que atualmente desenvolve seis projetos:

Imagem: Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania (CC BY 4.0)

IMAGENS DE AXÉ

Foi um projeto que produziu doze postais com a intenção de divulgar o cotidiano do Candomblé, desmistificando o imaginário negativo.

ENCONTRO COM JOVENS

É um projeto desenvolvido dentro e para o próprio terreiro com o objetivo de conversar sobre contemporaneidade e Candomblé, os rumos da tradição frente as tecnologias.

CÂNTICOS ORIN DUNDUM

É o nome do projeto que está sendo realizado em parceria com a Escola de Comunicação da UFRJ. Ele pretende gravar um CD de cantigas com "pessoas acima de 60 anos.

REVISTA PITÀN DUDU

É uma revista eletrônica voltada à reflexão e difusão sobre os aspectos inerentes à cultura afro-brasileira utilizando os conhecimentos e metodologias próprias das religiões de matriz africana.

CONVERSA DE TERREIROS

São oficinas realizadas dentro dos terreiros e com os próprios membros daquela comunidade, utilizando-se dos referenciais e conhecimento da cultura negroafricana, estimulando os participantes a refletirem sobre o valor e potência do próprio terreiro, fortalecendo o pertencimento cultural das comunidades.

#SOU DE TERREIRO

É uma campanha virtual em que estimula afrorreligiosos a produzirem seus vídeos falando os motivos que o levam a ser de terreiro. "A ideia é que você pegue seu celular e diga sou de terreiro por isso. Para a gente começar a ouvir falar bem do terreiro e começarmos a viralizar isso pela internet".

6.

TOCANDO E CANTANDO PARA SUBIR: BREVES CONSIDERAÇÕES

Não temos que nos prender somente aos tempos conturbados que vivemos, mas sim à forma como poderemos transformá-los em dias melhores para todos nós.

Mãe Beata de Iyemonjá

Na medida em que nos perguntamos o que e como os afrorreligiosos vem refletindo, agindo e reagindo diante da perseguição e violência as suas tradições, nos deparamos com uma contínua e crescente articulação política. Nada próximo a uma condição de meramente vítima, mas sim de alvo de uma engenharia social racista que, apesar das constantes e variadas denúncias ao Estado, continua, substancialmente, sendo negligente e omissa. Entretanto, o que poderia fazer uma estrutura racista, a não ser a de engendrar dispositivos, de forma cada vez mais sofisticada e camuflada, que anulem, demonizem/desumanizem ou-

tros modos de Ser, Existir e Sentir. Como pode o Dossiê Guerra Santa Fabricada, entregue por lideranças de terreiro ao Ministério Público Federal, em 1989, descrever e realizar denúncias tão atuais, senão, devido à continuidade e aprimoramento das formas de agredir as religiões de matriz africana.

Ao mudarmos nossas lentes de análise e focarmos no protagonismo, agência dos afrorreligiosos, percebemos que há uma articulação política coletiva do povo de terreiro, uma inserção pública em nome da tradição que, considerando esse Dossiê e o Projeto Tradição dos Orixás como um todo, acontece desde o final de 1980.



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública para debater o tema: “Perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana, candomblé”. Em pronunciamento, deputada Erika Kokay (PT-DF)

Imagem: Geraldo Magela/Agência Senado, 16 de setembro de 2015 (CC BY 2.0)

Estamos falando aqui de movimentos e mobilizações de afrorreligiosos, que vem acontecendo, desde pelo menos a vigência do chamado Estado Democrático de Direito. É evidente, que estamos nos referindo, nesse momento, ao uso de instrumentos oficiais do mundo moderno, deixando em suspenso, mas sem desvalorizá-los em nenhum grau, as tantas outras formas de luta e reexistência das comunidades de terreiro que são pensadas e executadas desde outrora.

Sendo assim, podemos afirmar que a mobilização social/política de afrorreligiosos no enfrentamento ao racismo religioso não é um fenômeno social que vem a acontecer somente no século XXI. Essa pesquisa, a partir do projeto coordenado por Jayro Pereira de Jesus, nos permite identificar uma continuidade nessa luta, que dada a sua extensão, evidentemente, vai variando sua intensidade, conforme o contexto político. Sublinha que o povo de terreiro como um todo, não fica sofrendo agressões inertes, pelo contrário vem protagonizando e criando caminhos para seguir resistindo e vivendo a revelia das tentativas de inferiorização e destruição. Todavia, não há dúvidas que o início do presente século se caracteriza por uma intensificação e ampliação dos enfrentamentos, sobretudo, no caso do Rio de

Janeiro, a partir da Comissão de Combate a Intolerância Religiosa.

Pudemos observar como os povos e comunidades tradicionais de matriz africana vêm protagonizando, em várias esferas da sociedade, lutas de enfrentamento à violência perpetrada contra as suas tradições. São estratégias de enfrentamento que, a partir da formação de organizações sociais afrorreligiosas, ou por meio de articulações pontuais entre terreiros, têm pressionado o Estado a elaborar e efetivar de forma conjunta políticas públicas que alterem a histórica violência direcionada as religiões de matriz africana. Identificamos a utilização de dispositivos contemporâneos de articulação, mobilização e cobranças como a construção de aplicativos de celular e a criação de páginas no Facebook, ou seja, o uso das tecnologias e mídias sociais a favor da mobilização social em prol da garantia de direitos das comunidades de terreiro. Ainda nos deparamos com projetos de valorização e posituação do pertencimento cultural civilizatório negro-africano das comunidades de terreiro. Ações voltadas para o próprio universo do terreiro e que vêm atuando fora da chamada política institucional.

Ao reunirmos essas articulações afrorreligiosas fica muito evidente o como

as múltiplas vozes identificam uma variabilidade de problemas no que se refere as agressões, denunciam e criam caminhos para enfrentá-los. Contudo, ao que parece, os ouvidos coloniais, ocidentalizados não conseguem ouvir essas vozes-atabaques. Em outras palavras, é agonizante constatar que, mesmos cientes das agressões, de seus tipos, os lugares em que ocorrem, como ocorrem e quem a protagonizam, muito pouco, para não dizer nada, efetivamente ocorreu para alterar esse histórico em que as violências físicas, simbólicas, psicológicas e matrimoniais as comunidades de terreiro são a regra. Cento e trinta anos de abolição da escravidão para quem, se a sua mentalidade que desumaniza pessoas e culturas negras continua presente e criando formas de se atualizar?

É baseado neste cenário, desenhado pelos caminhos afrorreligiosos, que racismo religioso emerge como uma categoria potente teórica e politicamente, pois evidencia como determinadas opressões as religiões de matriz africana são efetivamente raciais. Ela ressalta o caráter específico dessa violência, a destruição de outros modos de compreender e se relacionar com o mundo. Ao fazer isso, também nos coloca diante de um mundo que a gente herdou e que ainda hoje não deixou de produzir seus tentáculos “genocidas”. E assim como um remédio só pode ser eficaz quando se sabe a causa da doença, é preciso que manuseemos ferramentas teórico-políticas que potencializem nossas condições de atuar no mundo que a gente tem.

Seguindo a sabedoria de nossa ancestral Iyá Beata de Iyemonjá, percebemos também um movimento reflexivo, um pensar em prática, indicando uma ampliação de ações afrorreligiosas preocu-

padas em valorizar o pertencimento cultural ancestrático das comunidades de terreiro. Observamos uma espécie de voltar para dentro e fortalecer internamente a compreensão de mundo negroafricana dentro das comunidades de terreiro, num processo que classifico como movimento/estratégia intra-mariwò²⁰. As estratégias intra-mariwò imprimem um processo de fortalecimento e corporificação dos valores culturais civilizatórios negroafricana da comunidade-terreiro, numa restituição existencial de nossa dignidade cultural, filosófica, política, epistemológica e espiritual simplificada, demonizada, destroçada pelo racismo. Como o mariwò que protege os terreiros de energias indesejadas, o movimento intra-mariwò aparenta proteger e fortificar as religiões de matriz africana, por conseguinte, os afrorreligiosos diante dos atravessamentos da visão de mundo branco-ocidental que violenta, “estilhaça” e despoticiza as comunidades de terreiro.

Esse movimento pode significar a insurgência, nem que ainda de forma embrionária, de um processo que possa vir a se redimensionar a um movimento de luta capaz de uma ruptura radical com este padrão cultural ocidental que reduz múltiplos modos de vida em Um. Sendo assim, ousemos imaginar e construir substancialmente outros mundos a partir de sistemas culturais civilizatórios que preconizam o equilíbrio incondicional entre tudo e todos, entre seres visíveis e invisíveis, entre os seres humanos e as forças da natureza. Mundos nos quais o “Outro” seja compreendido como condição para nossa própria existência!

20. Mariwò é o nome yorubá dado ao Dendzeiro (conhecido também como Igi Ope), e as suas respectivas folhas pelas comunidades de terreiro. As folhas desfiadas do mariwò são utilizadas no portão e nas portas das comunidades de terreiro com a função de protegê-los de energias indesejadas ao território.



Homenagens ao Dia de Iemanjá no Rio de Janeiro. Religiosos celebram o dia de Iemanjá, a orixá associada à água e ao mar nas religiões afro, e padroeira de pescadores, na Barra da Tijuca

Imagem: Tomaz Silva/Agência Brasil, 2 de fevereiro 2018 (CC BY 2.0)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M; JESUS, J; SCHOLZ, D. Paradigma da afrocen- tricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. Rio de Janeiro, **Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde**, n. 106, v. 39, Jul – set, 2015, p. 869 – 880.
- ALVES, M; SEMINOTTI, N; JESUS, J. **Produção de saúde em uma comunidade tradicional de terreiro de ma- triz africana**. o sujeito bio-mítico-social. In: *Revista da ABPN*, n.23, v. 9, jul – out, 2017, p.194-222.
- ANJOS, J.C. **No território da linha cruzada**. A cosmopo- lítica afro-brasileira. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2006.
- ASANTE, M. **Afrocentricidade**. A teoria de mudança so- cial. Tradução FERREIRA, A; MIZANI, A. Afrocentricity Inter- nacional, 2014. 192 p.
- _____. Afrocentricidade. Notas sobre uma po- sição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. **Afrocentricidade**. Uma abordagem epistemológica inovadora. São Pau- lo: Selo Negro, 2009. p 93-110.
- ÁVILA, C. **Na interface entre religião e política**. Origens e práticas da Congregação em Defesa das Religiões Afro-Brasileiras (CEDRAB/RS). Porto Alegre. Dissertação de mestrado, UFRGS. 2009.
- CURIEL, O. **La Nación Heterosexual**. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropolo- gía de la dominación. Colombia: Brecha Lésbica/En la Frontera, 2013. 197p.
- DE DEUS, L.O. Cultura e mitologia em sala de aula. **En- contros**. Rio de Janeiro, n. 28, 1º semestre 2017, p. 57 – 68.
- FANON, F. Racismo e Cultura. In: _____. **Em defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980, p. 35 – 48.
- FERNANDES, Nathália V. E. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz afri- cana. **Revista Calundu – vol. 1, n.1, jan-jun 2017**. p. 91 – 111.
- FONSECA, D e GIACOMINI, S.M (Orgs.). **Presença do Axé**. Mapeando terreiros no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013.
- GIUMBELLI, Emerson. Um projeto de Cristianismo Hege- mônico. In: SILVA, Vagner G. (org.). **Intolerância religio- sa**. Impactos do neopentecostalismo no campo reli- gioso afro-brasileiro. São Paulo: Ed. USP, 2007. p. 179 – 170.
- GROSGOUEL, R. **La descolonización del conocimiento**. Diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fa- non y la Sociología descolonial de Boaventura de Sou- za Santos. Notre Amérique. 29 out. 2012. p. 97 – 108.
- JESUS, J.P. Terreiro e Cidadania. Um projeto de combate ao racismo cultural religioso e de implementação de ações sociais em comunidades-terreiros. In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003.
- KARENGA, M. A função e o futura dos Estudos *Africana*. Reflexões Críticas sobre sua missão, seu significado e sua metodologia. In: NASCIMENTO, E. **Afrocentricidade**. Uma abordagem epistemológica inovadora. São Pau- lo: Selo Negro, 2009. p. 333 – 360.
- MIRANDA, A. P. A força de uma expressão. Intolerância religiosa, conflitos e demandas por reconhecimento de direitos no Rio de Janeiro. In: **As máscaras da guer- ra da intolerância**. Comunicações do ISER, nº 66, 2012. p. 60 – 73.
- MIRANDA, A.P. Como se discute religião e política? Con- trovérsias em torno da “luta contra a intolerância reli- giosa” no Rio de Janeiro. **Comunicações do ISER**. Rio de Janeiro, n. 69, 2014. p. 104 – 118.
- MOORE, C. A humanidade contra si mesma. Para uma nova interpretação epistemológica do racismo e de seu papel estruturante na história e no mundo con- temporâneo. In: **II Fórum Internacional Afro-colom- biano**. 18. mai. 2011.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. pro- cesso de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, W.F. O fenômeno do racismo religioso para os povos de matrizes africanas. **Revista Eixo**. Bra- sília-DF, v. 6, n. 2 (Especial), nov. 2017. p. 51 – 56.
- PIRES, T; MORETTI, G.A. Escola, lugar do desrespeito. In- tolerância contra religiões de matrizes africanas e es- colas públicas brasileiras. In: **Direitos humanos e efe- tividade. fundamentação e processos participativos**. Florianópolis: CONPEDI, 2016. p. 375 – 394.
- REINHARDT, B. **Espelho ante espelho**. A troca e a guerra entre o neopentecostalismo e os cultos afro-brasilei- ros em Salvador. 1ª ed. São Paulo: Attar Editorial, 2007.
- SANTOS; CAVALCANTI; GINO; ALMEIDA. **Intolerância Re- ligiosa no Brasil**. Relatório e Balanço. Rio de Janeiro: Klíne: CEAP, 2016
- SEPPIR. **Lideranças de matriz africana divulgam tex- to orientador em plenária da III CONAPIR**. Disponível em: <[http://www.seppir.gov.br/porta-antigo/noticias/ ultimas_noticias/2013/07/liderancas-de-matriz-afri- cana-divulgam-texto-orientador-em-plenaria-da-iii-conapir](http://www.seppir.gov.br/porta-antigo/noticias/ultimas_noticias/2013/07/liderancas-de-matriz-afri- cana-divulgam-texto-orientador-em-plenaria-da-iii-conapir)>. Acessado em: 10 fev 2016.
- SILVA JR. H. Intolerância Religiosa e Direitos Humanos. In: SANTOS, Ivanir dos; ESTEVES FILHO, Astrogildo (orgs.). **Intolerância Religiosa X Democracia**. 1ª edição. Rio de Janeiro: CEAP, 2009, p. 205-216.
- SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**. A forma social negro -brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed, Salvador: Funda- ção Cultural d Estado da Bahia, 2002. 182 p.
- _____. **Pensar Nagô**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017. 237 p.



HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

